

O que é comunização - Leon de Mattis

Link: <https://www.sicjournal.org/what-is-communisation/index.html>

Uma coisa é certa agora: no mundo capitalista, nossa situação só pode piorar. Tudo o que antes era dado como certo na forma de "benefícios sociais" foi, mais uma vez, questionado. Entretanto, essa transformação não é resultado de uma má gestão econômica, da ganância excessiva dos patrões ou da falta de regulamentação das finanças internacionais. É simplesmente o resultado inevitável da evolução global do capitalismo.

Salários, oportunidades de emprego, pensões, serviços públicos e benefícios sociais foram todos afetados por essa evolução, cada um à sua maneira. O que foi concedido ontem é retirado hoje, e amanhã haverá ainda menos. O processo é o mesmo em todos os lugares: novas reformas assumem a ofensiva no exato ponto em que as reformas anteriores pararam. Essa dinâmica nunca é revertida, mesmo quando passamos da "crise econômica" para a prosperidade. Começando após a grande crise da década de 1970, a mesma dinâmica continuou mesmo após o retorno ao crescimento nas décadas de 1990 e 2000. Portanto, torna-se difícil imaginar que as coisas estejam melhorando, mesmo na hipótese bastante improvável de um "fim da crise" após o choque financeiro de 2008.

No entanto, diante dessa rápida transformação do capitalismo mundial, a resposta da esquerda da esquerda tem sido terrivelmente fraca. A maioria se contenta em denunciar o neoliberalismo extremo dos patrões e dos políticos. Eles parecem pensar que é possível defender os benefícios sociais do período anterior, e até mesmo ampliá-los um pouco mais, se pudéssemos voltar ao capitalismo de outrora, aquele do período logo após a Segunda Guerra Mundial. Suas propostas para o futuro lembram os principais pontos do programa da Resistência, adotado em 1944¹. É como se ainda fosse necessário lutar contra o nazismo, como se os governos estivessem dispostos a fazer concessões para garantir a vitória - como se jamais tivesse havido um *movimento para*

¹ O programa de 1944 da resistência francesa foi um acordo entre os membros gaullistas e comunistas da resistência que colocou em prática as principais características do capitalismo de bem-estar social francês do pós-guerra. Nota do tradutor.

trás na história. Dessa forma, eles se esquecem de tudo o que constitui a relação social capitalista em sua dinâmica atual.

Por que a crise e a reestruturação do capitalismo - ou seja, a maneira como ele mudou nos últimos 40 anos - tornam impossível qualquer retorno às condições anteriores de luta? E o que se pode deduzir desse fato para as lutas de hoje?

Para responder a essas perguntas, precisamos fazer um breve desvio teórico. O lucro não é apenas um elemento da sociedade capitalista entre muitos outros. Ele é o principal motor, a razão da existência de qualquer coisa no mundo social. O lucro não é algo que possa ser enxertado em cima das atividades humanas, tirando o produto do trabalho para algum capitalista parasita. Ele é a fonte de todas as atividades, nenhuma das quais poderia existir sem ele. Ou, se preferirmos, *essas atividades humanas existiriam de uma maneira tão diferente que não teriam nenhuma semelhança com as que observamos atualmente*.

A questão não é formar um julgamento moral sobre esse estado de coisas, mas sim entender todas as suas consequências. Não se trata de o lucro ser sistematicamente favorecido às custas do que é útil, bom ou benéfico para a sociedade (como saúde, cultura etc.). É a própria "utilidade" que não pode existir sem o lucro. Nada que não seja lucrativo pode ser útil no capitalismo. Ou, em outras palavras, tudo o que é útil só pode ser útil enquanto oferecer oportunidades de lucro. Dizer, por exemplo, que "a saúde não é uma mercadoria" é simplesmente um absurdo, sem qualquer base na realidade de um mundo capitalista. É somente porque a saúde é lucrativa (por um lado, porque, de modo geral, ela mantém uma população trabalhadora funcional e, por outro lado, mais especificamente, porque é fonte de lucro para alguns) que ela é um setor econômico. E é somente porque realmente é um setor econômico e, portanto, uma "mercadoria", que há o suficiente para pagar os médicos, fabricar máquinas para analisar o corpo humano e construir hospitais. Sem isso, obviamente não haveria nada.

Para obter lucro, é necessário que o valor contido na mercadoria aumente: que o valor do que é produzido seja maior do que o valor gasto (em matérias-primas, máquinas, edifícios, transporte etc.) para produzi-lo. Agora, o que é usado para produzir tem o mesmo valor que o que é produzido se não acrescentarmos algo a ele. O que é acrescentado é a atividade humana, a inteligência, a força, a energia fisiológica gasta

para montar e transformar objetos distintos em um objeto qualitativamente diferente do que tínhamos no início. Essa atividade deve se mostrar em uma forma específica para que possa ser comprada e, portanto, ser incorporada ao valor final. Essa é a atividade humana sob uma forma específica - a forma de trabalho - uma forma que pode ser comprada pelo capital.

Mas isso mostra que o capitalismo não é compartilhamento, mas exploração, que o valor pelo qual o trabalho é comprado é menor do que o valor que o trabalho produz. Não é possível redistribuir todo o valor produzido e devolvê-lo ao trabalho, porque o valor só existe nessa dissociação entre o trabalho e seu produto e, portanto, permite a alocação desigual desse produto. É de fato a existência dessa dissociação entre a atividade humana e a riqueza social que torna possível a "apropriação" dessa riqueza.

O "valor" das coisas não é uma criação natural, mas social. Além disso, ao contrário do que alguns gostariam que acreditássemos, não é uma criação neutra que existe apenas por conveniência. Há muitos outros meios possíveis, igualmente convenientes, para produzir o que poderia ser considerado em uma determinada sociedade como indispensável para a vida dos seres humanos. O valor se torna necessário apenas porque se torna um instrumento de dominação. Ele permite, no modo de produção atual, a captura da atividade das classes inferiores em benefício das classes superiores. A própria existência do valor - e do que aparece na história como seu representante permanente, ou seja, o dinheiro - só é uma necessidade enquanto mede o que deve ser tirado do primeiro e dado ao segundo. Antes do capitalismo, o valor e o dinheiro não estavam no centro da produção em si, mas já eram os sinais do poder de alguns e da fraqueza de outros. Os tesouros, os ornamentos dos palácios e as ricas decorações das igrejas eram os sinais do poder social dos nobres, dos califas ou das autoridades eclesiásticas. Desde o início da sociedade de classes, o dinheiro e o valor têm sido os símbolos da dominação. Eles se tornaram os instrumentos supremos para isso no capitalismo. Portanto, nenhuma igualdade pode resultar do uso de um meio cuja própria existência se baseia na desigualdade. Enquanto houver dinheiro, haverá ricos e pobres, poderosos e dominados, senhores e escravos.

Dado que a busca pelo lucro exige que o custo de produção seja o mais baixo possível e que o que já foi produzido ou é usado para produzir (máquinas, edifícios, infraestrutura) só pode transferir seu próprio valor, a única variável que pode ser ajustada é o valor da

força de trabalho. Esse valor deve ser reduzido ao mínimo. Mas, ao mesmo tempo, somente o trabalho pode gerar valor. O capitalismo resolve esse problema insolúvel diminuindo o valor da força de trabalho apenas em *relação* ao valor total produzido, enquanto aumenta o valor da força de trabalho e a quantidade de trabalho de forma absoluta. Isso é possível graças ao aumento da produtividade, à racionalização do trabalho e às inovações técnicas e científicas. Mas é necessário fazer com que a produção cresça em proporções enormes, em detrimento de muitas outras coisas (espaços naturais, por exemplo). No entanto, esse crescimento nunca existe de forma contínua, e a reversão dessa tendência é a causa da situação atual.

O período entre a Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70 foi, na verdade, um período muito específico para o capitalismo mundial. É necessário compreender claramente as características desse período, entender por que ele desapareceu e por que - ao contrário das esperanças dos sindicatos e dos liberais - ele nunca mais voltará.

Após a Segunda Guerra Mundial, a destruição causada pela guerra e as perdas de valor durante a longa depressão que a precedeu criaram uma situação favorável ao que os economistas chamam de "crescimento". Esse crescimento é nada menos que uma corrida contraditória para diminuir o valor relativo da força de trabalho enquanto seu valor absoluto aumenta. As conexões políticas impostas pela aliança antinazista durante a guerra permitiram uma forma de compartilhamento de poder tanto em nível mundial (blocos orientais e ocidentais) quanto em nível social nos países ocidentais (reconhecimento de certa legitimidade das lutas, permitindo que sindicatos e partidos de esquerda representassem os interesses do trabalho). O "compromisso fordista"² prevaleceu na época. Ele consistia em estabelecer, por meio do aumento dos salários, um "padrão de vida" crescente em troca de um enorme crescimento da produtividade e de um trabalho cada vez mais árduo. O valor da força de trabalho empregada, distribuída em um número maior de trabalhadores, estava aumentando em termos absolutos, mas o valor total de tudo o que era produzido aumentava muito mais devido ao crescimento da produtividade. A venda de todas essas mercadorias - a base do que foi chamado na época de "sociedade de consumo" - permitiu que a mais-valia que surgiu na produção, a fonte do lucro capitalista, fosse transformada em capital adicional

² Henry Ford, o grande industrial americano, defendeu entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial a ideia de que é necessário aumentar os salários e a produtividade para desenvolver simultaneamente a produção e o mercado que poderia absorver os produtos.

que foi reinvestido para expandir continuamente a produção. No entanto, essa expansão contém um limite interno: em um determinado ponto, há capital demais para valorizar em relação ao que é necessário produzir e vender para manter o lucro. Na verdade, um equilíbrio dinâmico foi mantido por mais de duas décadas, até meados da década de 1960, quando ocorreu um declínio progressivo que levou à chamada "crise do petróleo" da década de 1970.

Algumas observações rápidas sobre esse período. Em primeiro lugar, a "prosperidade" estava reservada à Europa Ocidental, à América do Norte e ao Japão, e mesmo nessas áreas privilegiadas algumas partes do proletariado foram excluídas de seus benefícios, incluindo imigrantes intensamente explorados e mal pagos. Em segundo lugar, a prosperidade ocidental não podia mascarar o fato de que o que era dado ao proletariado se devia ao seu caráter de polo *dominado* na relação social capitalista. O aumento do poder aquisitivo foi acompanhado pela venda maciça de mercadorias padronizadas de baixa qualidade. A expressão que surgiu naquela época, "sociedade de consumo", é infeliz, pois se tratava igualmente de uma "sociedade de produção". O crescimento geral do valor total mencionado acima exigia a colocação em circulação de um número cada vez maior de mercadorias. Ao mesmo tempo, a redução do valor de cada mercadoria, possibilitada pela produção em massa, permitiu uma redução do valor *relativo* da força de trabalho (era necessário menos trabalho para fornecer produtos indispensáveis à sobrevivência do trabalhador). A "alienação" cotidiana, um tópico muitas vezes analisado e criticado durante esse período, nada mais era do que uma consequência dos imperativos da circulação de valor.

O conceito de alienação, outrora em voga, desapareceu do vocabulário atual. Literalmente falando, a alienação é a maneira pela qual nosso próprio mundo parece estranho para nós (alien, uma palavra derivada do latim, denota alteridade radical; uma pessoa alienada é alguém que não é mais ela mesma). "Produzir para produzir" é a palavra de ordem sob a qual a alienação capitalista aparece para nós. A produção material parece não ter outro objetivo a não ser ela mesma. Mas o que o capitalismo produz antes de tudo são relações sociais de exploração e dominação. Se ele aparece como produção material sem um objetivo, é porque o capitalismo transpõe as relações entre indivíduos para relações entre coisas. O absurdo de produzir para produzir e desse aparente poder das coisas sobre as pessoas nada mais é do que uma imagem invertida da

racionalidade da dominação de uma classe sobre outra, ou seja, da exploração do proletariado pela classe capitalista. O objetivo final do capitalismo não é o lucro ou "produzir para produzir", é preservar a dominação de um grupo de seres humanos sobre outro grupo de seres humanos. E é para garantir essa dominação que o lucro e a "produção para a produção" são impostos como imperativos a todos³.

Com as mudanças ocorridas a partir da década de 1980, a alienação permaneceu, mas a "prosperidade" voou para longe. A crise de 1973 tornou óbvio o declínio da dinâmica anterior. O capitalismo não era mais capaz de conceder o mesmo nível de aumento salarial sem afetar a taxa de lucro. Enquanto isso, o proletariado não se contentava mais com o que os capitalistas haviam lhe dado até então. As décadas de 60 e 70 foram um período de desenvolvimento de protestos de grande alcance, que criticavam as condições de trabalho e de emprego, bem como vários outros aspectos da sociedade capitalista. O compromisso foi rejeitado em seu elemento mais essencial: a troca entre um padrão de vida crescente e a submissão total do proletariado na produção e no consumo. Contestar as mediações estabelecidas do movimento dos trabalhadores, como sindicatos ou partidos comunistas oficiais, tinha o mesmo significado: o papel atribuído à classe trabalhadora pelo "compromisso fordista" era questionado.

O capitalismo teve, portanto, de liquidar o essencial daquilo que o tornou o que era no período anterior. Havia duas razões, basicamente idênticas, para isso: a queda na taxa de lucro e o crescimento do protesto social. A crise e a reestruturação serviram exatamente a esse propósito, em um contexto social e político de uma onda "neoliberal" conservadora e repressiva, retratada por políticos como Thatcher ou Reagan. Mas o "neoliberalismo" não foi a causa da reestruturação: pelo contrário, foi a reestruturação, essencial para a continuação da exploração capitalista, que foi acompanhada por esse decoro ideológico. Em alguns países fora do padrão, como a França, foram os "socialistas" que tiveram de obedecer à injunção capitalista⁴.

Agora que a reestruturação está avançada, todos os seus componentes aparecem claramente. O objetivo era reduzir o custo total da mão de obra e, para isso, encontrar fora dos países ocidentais uma força de trabalho barata que não estivesse sobrecarregada

³ Até mesmo nos próprios capitalistas, que não controlam as regras que os colocam no controle.

⁴ Na França, em 1981, François Mitterand, um político liberal e "socialista", foi eleito presidente. Ele teve que desistir da maioria de suas promessas de campanha social em 1983 para seguir uma política econômica estritamente "neoliberal". Nota do tradutor.

pela longa história do movimento dos trabalhadores. Alguns poucos "países-oficina", como Hong Kong ou Taiwan, tornaram-se os precursores.⁵ O desenvolvimento das finanças e a transformação do dinheiro - que, desde 1971, não é mais baseado em ouro - forneceram o mecanismo necessário para o desenvolvimento de um capitalismo globalmente *integrado*: algumas áreas dedicadas à manufatura, outras mais orientadas ao consumo e/ou à manufatura avançada, outras ainda abandonadas porque, afinal, tornaram-se supérfluas no que diz respeito aos imperativos da circulação de valor. Esse zoneamento global foi rapidamente desenvolvido, a ponto de ser reproduzido hoje em dia de forma fracionada em todas as partes do mundo. Os subúrbios empobrecidos (ou cidades do interior) no centro são a imagem dos países periféricos aos fluxos mundiais: um excesso humano com o qual o lucro não sabe o que fazer e que deve ser encurralado e mantido sob vigilância. A concorrência mundial impôs ao proletariado ocidental uma queda relativa dos benefícios que resultaram do compromisso histórico anterior. E como não há perspectiva de melhora, é a polícia e o discurso repressivo que constituem a resposta do Estado às esperanças perdidas.

A própria existência desse zoneamento global mostra que é impossível impor aos países recém-industrializados, como a Índia ou a China, o padrão válido para o início da revolução industrial na Europa. Um raciocínio bastante mecanicista percebe que as transformações que afetaram a classe trabalhadora dos países ocidentais há um ou dois séculos se repetem, de forma acelerada, nesses países. Inicialmente superexplorada e submersa, essa classe, por meio de sua luta por salários mais altos, atingiu um nível de prosperidade que desencadeou o ciclo virtuoso de crescimento sustentado pela expansão de um mercado interno. Essa evolução, entretanto, dificilmente seria desejável para o capital existente nos países em desenvolvimento (dados os limites já alcançados, ela sem dúvida acarretaria nada mais do que um desastre ecológico irreparável). Além disso, parece ser, pelo menos nas condições atuais, completamente impossível. O desenvolvimento do Ocidente - que, não nos esqueçamos, foi ajudado pela pilhagem das colônias - não pode ser repetido de forma idêntica em uma economia que é, desde o início, globalmente integrada. O mercado interno chinês ou indiano, mesmo em expansão espetacular, não pode absorver todo o crescimento desses países, que precisam

⁵ O capitalismo financeiro não é, de forma alguma, um crescimento parasitário do capitalismo produtivo, ao contrário do que o senso comum esquerdista nos faz acreditar. Na verdade, ele é indispensável para a existência do próprio capitalismo produtivo. O formidável desenvolvimento das finanças desde a década de 1970, juntamente com outros fatores, tornou possível a circulação global e instantânea do capital. É um instrumento necessário para a integração global dos ciclos de produção e consumo.

desesperadamente de saídas ocidentais e até mesmo da riqueza ocidental, já que seus ativos são denominados em dívidas americanas ou europeias. Em um nível mais teórico, é toda a massa de valor acumulado globalmente (não apenas a desses países) que deve encontrar um lucro correspondente na produção mundial. O limite do que foi alcançado na década de 1970 está sempre presente. O capital a ser valorizado é muito grande para que o equilíbrio dinâmico das três décadas do pós-guerra seja restabelecido, e isso é *igualmente verdadeiro para os países recém-industrializados e para os países ocidentais*. A reestruturação do capitalismo após a crise da década de 1970 significou principalmente que o capital encontrou outra maneira de se valorizar, por meio da redução do custo da mão de obra, e ainda estamos nesse ponto.

Essa evolução teve inevitavelmente um impacto extremamente importante sobre as lutas de classe nos países ocidentais. Durante o período que antecedeu a crise da década de 1970 e a reestruturação, a luta do proletariado tinha um duplo significado, sem dúvida contraditório, mas, em última análise, baseado na mesma premissa. Por um lado, a luta poderia buscar objetivos imediatos, como a melhoria das condições de trabalho, o aumento dos salários e a justiça social. Por outro lado, a luta também tinha como resultado, e às vezes como objetivo, o fortalecimento da classe trabalhadora em relação à classe do capital e até mesmo, tendencialmente, a derrubada da burguesia. Esses dois aspectos eram conflitantes, e os antagonismos entre os defensores da "reforma" e os defensores da "revolução" eram permanentes. No entanto, em última análise, a luta como tal poderia significar qualquer um deles. A luta por vantagens imediatas e a luta pelo comunismo futuro foram articuladas em torno da ideia de que a vitória só poderia vir por meio do fortalecimento da classe trabalhadora e de sua combatividade. Não é preciso dizer que os debates que atravessavam a classe trabalhadora eram tão divididos quanto as divisões entre os defensores da revolução ou da reforma, dos partidos, sindicatos ou conselhos de trabalhadores, etc., ou seja, entre Lenin e o Partido Comunista. - ou seja, entre leninistas, esquerdistas, anarquistas, etc. Mas eles compartilhavam uma experiência de luta em que a classe proletária, sem ser unânime ou mesmo unida (o que nunca foi), era, no entanto, uma realidade social visível na qual todos os trabalhadores podiam facilmente se reconhecer e com a qual podiam se identificar.

E agora? Se o debate entre "reforma" e "revolução" simplesmente desapareceu nos últimos trinta anos, é porque a base social que lhe dava sentido foi pulverizada. A forma que deu uma existência subjetiva à classe trabalhadora por um século e meio - ou seja, o movimento dos trabalhadores - entrou em colapso. Partidos, sindicatos e associações de esquerda são agora partidos "cidadãos" ou "democráticos", etc., com uma ideologia emprestada da Revolução Francesa, ou seja, do período anterior ao movimento dos trabalhadores. No entanto, é óbvio que nem o proletariado nem o capitalismo desapareceram. Então, o que está faltando?

À primeira vista, poderíamos dizer, é claro, que foi o possível sentido de vitória que foi modificado. Sem idealizar os períodos anteriores, nem subestimar os retrocessos, poderíamos dizer que, desde o início do capitalismo, a classe trabalhadora tem travado lutas que se traduziram em transformações reais em sua relação com o capital: por um lado, por meio do que foi concretamente conquistado - regulamentação da jornada de trabalho, salários etc. - e, por outro lado, por meio da própria organização do movimento operário em partidos e sindicatos. Toda luta e toda vitória parcial podiam assumir a forma de reforço do proletariado, enquanto toda derrota podia aparecer como um recuo temporário antes da próxima ofensiva. É verdade que esse reforço foi, ao mesmo tempo, *um enfraquecimento*. As vitórias parciais e a institucionalização do papel dos sindicatos eram fatores que tendiam a tornar a perspectiva comunista cada vez mais distante. Com o passar dos anos, essa perspectiva se tornou cada vez mais remota e hipotética⁶. No entanto, a estrutura geral das lutas - apesar de todos os seus limites - era o reforço dos trabalhadores contra os empregadores.

Hoje, porém, e há quase trinta anos, as lutas são exclusivamente defensivas. Toda vitória é apenas um adiamento do anúncio da derrota. Pela primeira vez em dois séculos, a dinâmica existente aponta apenas para um enfraquecimento da classe trabalhadora. O caso emblemático de hoje de uma luta vitoriosa dos trabalhadores é a Cellatex - a luta radical por indenizações por demissão quando o emprego é eliminado.

⁶ Alguns libertários ou comunistas do conselho ficaram mais do que felizes em denunciar a traição dos representantes sindicais. Mas essa "traição" estava de acordo com a institucionalização do movimento dos trabalhadores, implícita na afirmação do poder do proletariado. Os representantes sindicais eram traidores na medida em que aceitavam assumir um papel específico para reforçar seu próprio poder; mas eles mesmos não criaram esse papel. Contentar-se em denunciar essa "traição" não é suficiente, na medida em que isso poderia implicar que outros representantes - mais honestos - poderiam ter agido de outra forma.

Nesse caso, a vitória significa *o fim de tudo o que tornou a luta possível* - ser trabalhador da mesma empresa, agora fechada - e não mais o início de algo novo.

E isso não é tudo. As transformações do trabalho durante esses últimos trinta anos, sob a pressão do desemprego em massa, modificaram a relação do trabalhador com o trabalho e, portanto, a relação do proletariado consigo mesmo. O emprego é cada vez menos o ponto de referência que havia sido no período pós-guerra (algo que também deu à crítica do trabalho o conteúdo de uma crítica radical da sociedade capitalista como tal). As pessoas não ocupam mais um cargo vitalício. Nenhum desenvolvimento de carreira pode ser considerado garantido. O trabalhador deve "evoluir", receber treinamento, mudar o local de trabalho e o emprego. A precariedade está se tornando a regra. O desemprego não é mais uma negação do trabalho, mas apenas um de seus momentos: uma passagem que todos os trabalhadores terão de atravessar repetidamente em sua vida. Para muitos, o trabalho se tornou um complemento parcial e temporário do desemprego. Nas empresas, há uma proliferação de status e condições dos trabalhadores. A externalização das tarefas, a subcontratação e o uso de agências de trabalho temporário estão fragmentando e dividindo os trabalhadores em várias categorias. O resultado é que se torna difícil travar uma luta, pois a própria unidade daqueles que supostamente lutariam juntos é problemática desde o início - ao contrário do que acontecia no período anterior à década de 1970, quando essa unidade era mais ou menos garantida (independentemente das divisões que inevitavelmente apareceriam mais tarde). *A unidade dos que estão em luta é agora construída pela própria luta como um meio indispensável para atingir seus objetivos.* Essa unidade nunca é dada de antemão e, mesmo que temporariamente alcançada, está sempre sujeita à probabilidade de divisão que já existia no período anterior.

Portanto, a luta se torna mais difícil, mas há também outra diferença ainda mais importante: ela não produzirá os mesmos resultados. Justamente porque a unidade não é dada antes da luta em si, ela não está incluída em seus objetivos oficiais. Uma certa ideia de melhoria da condição dos trabalhadores ou, de modo mais geral, da condição do proletariado, não faz mais parte do horizonte da luta. Ou então, ela só entra no horizonte das lutas defensivas, cujo fracasso é conhecido de antemão (como no caso das lutas por aposentadorias). Quanto às lutas vitoriosas, elas são vitoriosas apenas na medida em que perseguem um objetivo imediato e parcial, um objetivo individual,

poderíamos dizer. No capitalismo, não podemos mais alcançar nenhuma melhoria coletiva de nossa situação, mas apenas uma melhoria individual, que não pode assumir a forma de uma defesa da condição de vida dos trabalhadores como tal e, portanto, só pode ser transitória. Além disso, o fim da luta, seja por vitória ou derrota, marca o fim da unidade construída no decorrer da luta e, portanto, a impossibilidade de continuar ou retomá-la. Em contraste, o período anterior deu origem a um senso de progresso que parecia tornar possível a "capitalização" das lutas, ou seja, uma acumulação gradual dos resultados vitoriosos das lutas passadas. Provavelmente, isso era uma ilusão, mas, ainda assim, contava no que as pessoas podiam pensar sobre suas próprias lutas e suas possíveis consequências⁷.

Em certo sentido, poderíamos dizer que agora qualquer luta de classes encontra seu limite no fato de ser a ação de uma classe que não encontra mais, em sua relação com o capital, o que parecia ter constituído no passado sua lógica e sua força - o fato de incorporar coletivamente o trabalho. Essa relação com o próprio ser proletário, uma relação que, em última análise, é externa ao trabalho, afeta a maneira pela qual se pode lutar e obter vitória por meio da luta. O que quer que ganhemos é uma perda *relativa às próprias condições da luta*. E tudo o que perdemos também é uma perda. Essa situação de fato parece inabalável. Seria errado acreditar que a unidade do proletariado deve ser estabelecida como um pré-requisito, antes da luta, para que haja uma ação proletária eficaz. A unidade existe apenas provisoriamente e somente no curso da luta e entre aqueles que lutam, sem a necessidade de qualquer referência ao pertencimento comum a uma classe social. A "consciência de classe" não é algo definitivo que possa ser recriado por meio de propaganda política, pois nunca existiu a não ser em relação a uma configuração específica da relação social capitalista. Essa relação mudou, assim como a consciência. Temos de admitir isso.

Devemos admitir isso ainda mais porque essa nova configuração nos obriga a rever nossas concepções de comunismo e revolução e a compreender criticamente o que elas foram durante o período anterior. De fato, quando a identidade proletária foi confirmada

⁷ As lutas de classe em países recém-industrializados, como China, Índia, Bangladesh ou Camboja, podem ser diferentes, porque as lutas que ocorrem nesses países, por exemplo, as lutas salariais, podem trazer vitórias com impactos de longo alcance. Entretanto, em um capitalismo globalmente integrado, esse impacto nunca é grande o suficiente para realmente transformar as características da relação social capitalista. Essas lutas não são uma repetição das lutas que ocorreram na Europa no início do capitalismo, até porque elas não podem mais estar alinhadas com a perspectiva revolucionária dos anos entre 1840 e 1970.

pela relação do proletariado com o capital, a concepção maciçamente imposta de mudança radical - amplamente compartilhada tanto por reformistas quanto por revolucionários, tanto por anarquistas quanto por marxistas - foi a de uma vitória do proletariado sobre a burguesia, após uma mobilização das forças da classe trabalhadora usando vários métodos (ação e organização sindical, conquista eleitoral do poder, ação do partido de vanguarda, auto-organização do proletariado etc.). É preciso dizer mais uma vez que essa visão ofereceu uma perspectiva tanto para a reforma quanto para a revolução e permitiu que elas, apesar de seu confronto, colocassem suas disputas em um contexto comum. É por isso que a perspectiva revolucionária e a perspectiva reformista tradicional desapareceram juntas do terreno da política oficial. Aqueles que falam de reforma hoje, desde a direita até a extrema esquerda do espectro político, referem-se apenas a uma reforma na gestão do capitalismo, e não a uma reforma que leve a uma ruptura com o capitalismo. Essa última referência permaneceu no programa dos partidos socialistas até a década de 1970, sob uma forma indubitavelmente ideológica, é verdade, mas cuja existência era, no entanto, reveladora. Desde então, essa perspectiva foi simplesmente esquecida.

Atualmente, podemos entender que tanto a perspectiva reformista quanto a revolucionária estavam em um impasse, porque estavam compreendendo a revolução comunista como a vitória de uma classe sobre outra classe, e não como o desaparecimento simultâneo das classes. Daí surgiu a ideia tradicional de um período de transição durante o qual o proletariado, uma vez vitorioso, assume a administração da sociedade por um período intermediário. Historicamente, isso se traduziu praticamente no estabelecimento de um capitalismo de Estado no estilo soviético, em que a burguesia foi substituída por uma classe de burocratas ligados ao partido comunista, e a classe trabalhadora permaneceu de fato explorada e forçada a fornecer o excesso de valor necessário. Entretanto, deve-se observar que essa ideia de um período de transição foi mais difundida do que a ideia, estritamente marxista, de uma "ditadura do proletariado". De várias formas, os reformistas (que contavam com a conquista do poder por meio das urnas) e até mesmo os anarco-sindicalistas (que vislumbravam a conquista do poder por meio de estruturas sindicais) não eram estranhos a essa linha de pensamento. Para eles também, era o triunfo do proletariado - seja democraticamente, por meio de órgãos do Estado, no caso dos reformistas, ou por meio da luta, com suas próprias organizações (sindicais), no caso dos anarco-sindicalistas - que lhe daria tempo para transformar a

sociedade por meio de seu domínio. E foram os dissidentes, tanto do campo anarquista quanto do marxista, que gradualmente elaboraram uma teoria do imediatismo da revolução e do comunismo. Com base em suas explorações teóricas naquela época e com a retrospectiva da recente transformação do capitalismo, estamos agora em condições de entender que o comunismo só pode ser o desaparecimento simultâneo das classes sociais, não um triunfo, mesmo que transitório, de uma sobre a outra.

O período atual nos dá uma nova concepção de revolução e comunismo que se origina nessas correntes críticas dissidentes do movimento operário anterior e que a evolução do capitalismo mostra ser adequada às lutas proletárias de hoje. A experiência proletária cotidiana apresenta o pertencimento à classe como uma restrição externa, portanto, a luta para *defender a própria* condição tende a ser confundida com a luta *contra a* própria condição. Com frequência cada vez maior, nas lutas, podemos discernir práticas e conteúdos que podem ser compreendidos dessa forma. Essas não são necessariamente declarações radicais ou espetaculares. São igualmente práticas de fuga; lutas em que os sindicatos são criticados e vaiados sem qualquer tentativa de substituí-los por outra coisa, porque se sabe que não há nada para colocar em seu lugar; reivindicações salariais que se transformam na destruição dos meios de produção (Argélia, Bangladesh); lutas em que não se exige a preservação do emprego, mas sim indenizações por demissão (Cellatex e todas as suas sequelas); lutas em que não se exige nada, mas simplesmente se revolta contra tudo o que constitui suas condições de existência (os "motins" nos *banlieues* franceses em 2005) etc.

Pouco a pouco, o que surge nessas lutas é um questionamento, *por meio da luta*, do papel atribuído a nós pelo capital. Os desempregados de algum grupo, os trabalhadores de alguma fábrica, os habitantes de algum distrito, podem se organizar como desempregados, trabalhadores ou habitantes, mas muito rapidamente essa identidade deve ser superada para que a luta continue. O que é comum, o que pode ser descrito como unidade, decorre da própria luta, não de nossa identidade dentro do capitalismo. Na Argentina, na Grécia, em Guadalupe, em todos os lugares, a defesa de uma condição particular foi percebida como totalmente insuficiente, porque nenhuma condição particular pode mais se identificar com uma condição geral. Mesmo o fato de ser "precário" não pode constituir um elemento central da luta, um elemento no qual todos possam se reconhecer. Não há um "status" de trabalhadores precários a ser reconhecido

ou defendido, porque ser um trabalhador precário - seja involuntariamente, seja por escolha, seja por uma combinação de ambos - não é uma categoria social, mas sim uma das realidades que contribuem para a produção do pertencimento de classe como uma restrição externa.

Se uma revolução comunista é possível hoje, ela só pode nascer nesse contexto específico em que, por um lado, ser proletário é vivenciado como algo externo a si mesmo, enquanto, por outro lado, a existência do capitalismo exige que sejamos forçados a vender nossa força de trabalho e, portanto, qualquer que seja a forma dessa venda, não podemos ser outra coisa senão proletários. Tal situação leva facilmente à falsa ideia de que é em outro lugar, em um modo de vida mais ou menos alternativo, que podemos criar o comunismo. Não é por acaso que uma minoria, que está começando a se tornar significativa nos países ocidentais, cai avidamente nessa armadilha e imagina se opor e combater o capitalismo por esse método. No entanto, a relação social capitalista é a dinâmica totalizante de nosso mundo e não há nada que possa escapar dela tão facilmente quanto eles imaginam.

A superação de todas as condições existentes só pode vir de uma fase de luta intensa e insurrecional, durante a qual as formas de luta e as formas de vida futura tomarão corpo em um único e mesmo processo, sendo que o último nada mais é do que o primeiro. Essa fase, e sua atividade específica, é o que propomos chamar de comunização.

A comunização ainda não existe, mas toda a fase atual de lutas, como mencionado acima, nos permite falar sobre a comunização no presente. Na Argentina, durante a luta que se seguiu aos distúrbios de 2001, os fatores determinantes do proletariado como classe dessa sociedade foram abalados: propriedade, troca, divisão do trabalho, relações entre homens e mulheres... A crise estava então limitada a esse país, de modo que a luta nunca ultrapassou as fronteiras. No entanto, a comunização só pode existir em uma dinâmica de ampliação sem fim. Se ela parar, desaparecerá, pelo menos momentaneamente. Entretanto, as perspectivas do capitalismo desde a crise financeira de 2008 - perspectivas que são muito sombrias para ele em *nível global* - nos permitem pensar que, da próxima vez, o colapso do dinheiro não se restringirá à Argentina. A questão não é dizer que o ponto de partida será necessariamente uma crise monetária, mas sim considerar que, no atual estado de coisas, vários pontos de partida são possíveis e que uma grave crise monetária iminente é, sem dúvida, um deles.

Em nossa opinião, a comunização será o momento em que a luta tornará possível, como meio para sua continuação, a produção imediata do comunismo. Por comunismo entendemos uma organização coletiva que se livrou de todas as mediações que, atualmente, servem à sociedade ligando os indivíduos entre si: dinheiro, Estado, valor, classes etc. A única função dessas mediações é tornar possível a exploração. A única função dessas mediações é tornar possível a exploração. Embora sejam impostas a todos, elas beneficiam apenas alguns. O comunismo será, portanto, o momento em que os indivíduos se ligarão diretamente entre si, sem que suas relações interindividuais sejam sobrepostas por categorias às quais todos devem obediência.

Não é preciso dizer que esse indivíduo não será aquele que conhecemos agora, o da sociedade do capital, mas um indivíduo diferente produzido por uma vida que assume diferentes formas. Para sermos claros, devemos lembrar que o indivíduo humano não é uma realidade intocável derivada da "natureza humana", mas um produto social, e que cada período da história produziu seu próprio tipo de indivíduo. O indivíduo do capital é aquele que é determinado pela parcela da riqueza social que recebe. Essa determinação é subserviente à relação entre as duas grandes classes do modo de produção capitalista: o proletariado e a classe capitalista. A relação entre essas classes vem em primeiro lugar, o indivíduo é produzido como consequência - ao contrário da crença muito frequente de que as classes são agrupamentos de indivíduos pré-existent. A abolição das classes será, portanto, a abolição das determinações que fazem do indivíduo do capital o que ele é, ou seja, aquele que desfruta individual e egoisticamente de uma parte da riqueza social produzida em comum. Naturalmente, essa não é a única diferença entre o capitalismo e o comunismo - a riqueza criada sob o comunismo será qualitativamente diferente de tudo o que o capitalismo é capaz de criar. O comunismo não é um modo de produção, no sentido de que as relações sociais não são determinadas nele pela forma do processo de produção das necessidades da vida, mas são as relações sociais comunistas que determinam a maneira pela qual essas necessidades são produzidas.

Não sabemos, não podemos saber e, portanto, não procuramos descrever concretamente como será o comunismo. Só sabemos como ele será no sentido negativo, por meio da abolição das formas sociais capitalistas. O comunismo é um mundo sem dinheiro, sem valor, sem Estado, sem classes sociais, sem dominação e sem hierarquia - o que requer a

superação das antigas formas de dominação integradas ao próprio funcionamento do capitalismo, como o patriarcado, e também a superação conjunta da condição masculina e feminina. É óbvio também que qualquer forma de divisão comunitária, étnica, racial ou outra é igualmente impossível no comunismo, que é global desde o início.

Se não podemos prever e decidir como serão as formas concretas do comunismo, a razão é que as relações sociais não surgem plenamente de um cérebro único, por mais brilhante que seja, mas só podem ser o resultado de uma prática social maciça e generalizada. É essa prática que chamamos de comunização. A comunização não é um objetivo, não é um projeto. Ela nada mais é do que um caminho. Mas no comunismo o objetivo é o caminho, o meio é o fim. A revolução é precisamente o momento em que se sai das categorias do modo de produção capitalista. Essa saída já está prefigurada nas lutas atuais, mas não existe de fato nelas, na medida em que somente uma saída maciça que destrói tudo em sua passagem é uma saída.

Podemos ter certeza de que a comunização será caótica. A sociedade de classes não morrerá sem se defender de várias maneiras. A história tem mostrado que a selvageria de um Estado que tenta defender seu poder é ilimitada - os atos mais atrozes e desumanos desde o início da humanidade foram cometidos por Estados. É somente nesse jogo até a morte e em seus imperativos que a ingenuidade ilimitada liberada pela participação de todos no processo de sua libertação encontrará os recursos para combater o capitalismo e criar o comunismo em um único movimento. As práticas revolucionárias de abolição do valor, do dinheiro, da troca e de todas as relações de mercadoria na guerra contra o capital são armas decisivas para a integração - por meio de medidas de comunização - da maior parte dos excluídos, das classes médias e das massas camponesas, em suma, para criar, dentro da luta, a unidade que não existe mais no proletariado.

Também é óbvio que o impulso para a frente representado pela criação do comunismo se desvanecerá se for interrompido. Qualquer forma de capitalização das "conquistas da revolução", qualquer forma de socialismo, qualquer forma de "transição", percebida como uma fase intermediária antes do comunismo, como uma "pausa", será uma contrarrevolução, produzida não pelos inimigos da revolução, mas pela própria revolução. O capitalismo moribundo tentará se apoiar nessa contrarrevolução. Quanto à superação do patriarcado, será uma grande ruptura que dividirá o campo dos próprios

revolucionários, porque o objetivo perseguido certamente não será uma "igualdade" entre homens e mulheres, mas sim a abolição radical das distinções sociais baseadas no sexo. Por todas essas razões, a comunização aparecerá como uma "revolução dentro da revolução".

Uma forma adequada de organização dessa revolução só será fornecida pela multiplicidade de medidas comunizantes, tomadas em qualquer lugar por qualquer tipo de pessoas, que, se constituírem uma resposta adequada a uma determinada situação, se generalizarão por conta própria, sem que ninguém saiba quem as concebeu e quem as transmitiu. A comunização não será democrática, porque a democracia, inclusive a do tipo "direta", é uma forma que corresponde a apenas um tipo de relação entre o que é individual e o que é coletivo - precisamente o tipo levado ao extremo pelo capital e rejeitado pelo comunismo. As medidas de comunização não serão tomadas por nenhum órgão, nenhuma forma de representação de ninguém ou nenhuma estrutura mediadora. Elas serão tomadas por todos aqueles que, em um momento preciso, tomarem a iniciativa de buscar uma solução, adequada a seus olhos, para um problema da luta. E os problemas da luta são também problemas da vida: como comer, onde ficar, como compartilhar com todos, como lutar contra o capital etc. Os debates existem, as divergências existem, as lutas internas existem - a comunização também é uma revolução dentro da revolução. Não existe um órgão para decidir sobre questões controversas. É a situação que decidirá; e é a história que saberá, *post festum*, quem estava certo.

Essa conclusão pode parecer bastante abrupta, *mas não há outra maneira de criar um mundo.*